

as em toda a temporada anterior, de acordo com o Sistema de Alerta da Embrapa.

Os levantamentos são feitos nas chamadas áreas de monitoramento, cultivadas especialmente para a identificação da doença, embora em algumas áreas comerciais a doença também já tenha sido identificada. As áreas são verificadas uma vez por semana para detectar a doença. Caso a ferrugem esteja presente, são realizados os tratamentos com fungicida. A identificação precoce da ferrugem asiática proporciona mais eficácia no tratamento, principalmente pelo fato de a doença ser bastante agressiva. De maneira geral, os produtores estão bem informados sobre como controlar a doença, mas há problemas de crédito para a compra de fungicidas, já que muitos agricultores enfrentam problemas financeiros.

Principal item da pauta de exportações do agronegócio nacional, o complexo da soja tem um prejuízo estimado em US\$2 bilhões por ano com a ferrugem asiática. Do total, US\$1,2 bilhão representa perdas diretas – lavouras destruídas – e outros 800 milhões estão relacionados aos custos do controle da doença. ■

► **Lhões para o crédito rural.** Isso representou mais de 66% do total de recursos previstos para a atual safra, segundo a área de agronegócios do BB. Para janeiro, serão disponibilizados mais R\$2 bilhões para o crédito rural. Com isso, o total de recursos liberados pelo BB na safra 2005/06 deverá chegar a R\$20 bilhões até o próximo dia 31. O banco pretende liberar R\$27,1 bilhões até o final deste semestre, atingindo o montante total previsto para a atual temporada agrícola.

Os R\$2 bilhões se destinam a diversas linhas de crédito. Entre elas, o financiamento da safra do Nordeste, a compra de insumos para a safra de inverno e safrinha. Os recursos também poderão financiar o custeio da cana-de-açúcar, de pecuária e integração de aves e suínos, e as operações de comercialização (EGF, desconto de NPR, LEC e crédito agroindustrial) e CPR.

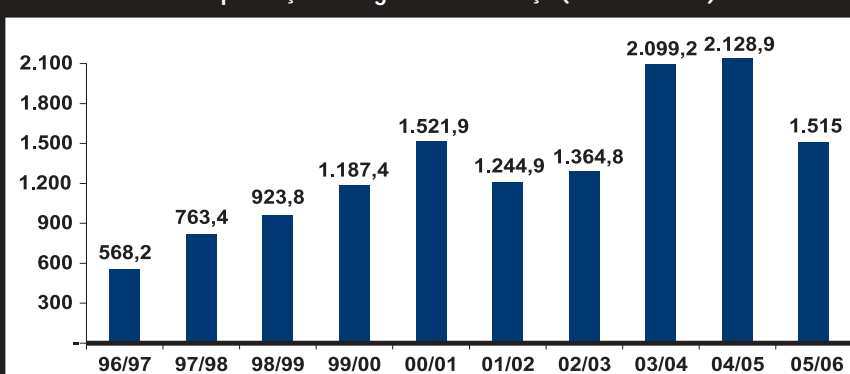


Demanda supera oferta no algodão na safra 2005/2006

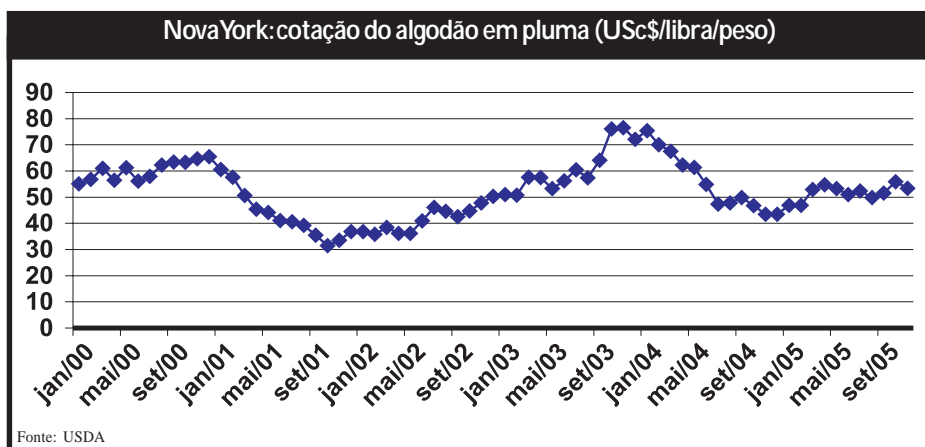
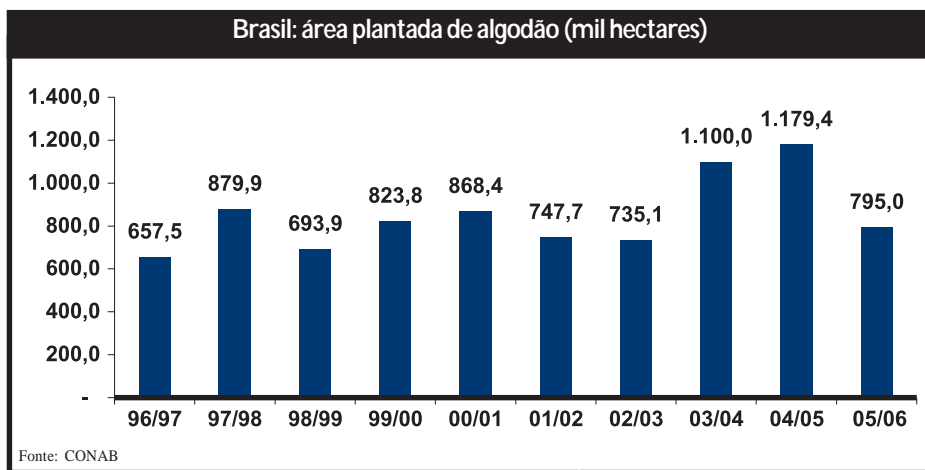
Na safra de algodão 2000/01, os estoques mundiais de passagem alcançaram 50% do consumo mundial, e os preços em Nova York e no Brasil atingiram níveis abaixo dos 30 cts/lb. O Brasil, com uma grande

safrinha e custo médio de produção de 42 cts/lb (FOB - Porto Brasileiro), contava com a vantagem cambial. O governo também ajudou, por meio de leilões de PEP e opções de venda para os produtores. Nada disso foi suficiente para der-

Brasil: produção de algodão em caroço (mil toneladas)



Fonte: CONAB



rubar a produção em 2001/02.

De 2002 a 2004, os preços no mercado internacional se recuperaram e a cotonicultura retomou seu crescimento. Para 2005, as perspectivas ficaram menos favoráveis, pois a safra mundial de algodão em pluma foi a maior de sua história, com 25,5 milhões de toneladas, 25% acima da produção do ano anterior. Com o consumo próximo de 23 milhões de toneladas, os estoques de passagem aumentaram em 2,5 milhões de toneladas, e os preços chegaram em patamares baixos, próximos dos 45 cts/lb. Para agravar, ocorreu a valorização cambial do real.

PREVISÃO

Como resultado, a presente temporada 2005/06 registra uma diminuição da área plantada de algodão no Brasil, próxima de 400 mil hectares. A redução se deve aos baixos preços do produto no

mercado internacional e à valorização do real frente ao dólar. Estudos da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) apontam, para a safra 2005/06, uma queda de 20% na produção de pluma, de 1,1 milhão de toneladas para cerca de 900 mil toneladas.

As maiores diminuições de área e produção são verificadas em Mato Grosso e Goiás, embora o recuo seja significativo também em São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Há um retrocesso na cadeia produtiva, depois de o Brasil ter se tornado um dos grandes produtores mundiais da matéria-prima. As exportações de 2006 cairão em 10%, em relação às 390 mil toneladas de 2005.

Tudo isso vai na contramão do "Brazilian Cotton Lint 2005", um *road show* internacional, realizado em outubro último com o apoio do MAPA, para divulgação e promoção comercial do setor no mer-

cado externo. Composto por 20 grandes produtores da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), representantes do Mapa, da FMC Química e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), o grupo passou por países como Inglaterra, Suíça, Turquia, China e Austrália.

A missão tinha o objetivo de estimular as exportações e a promoção do produto no mercado internacional. A meta brasileira é chegar em 2010 com uma exportação de até um milhão de toneladas por ano, o dobro dos atuais volumes embarcados. Durante a viagem, foram realizados seminários, palestras, audiências e visitas a indústrias para a prospecção de novos negócios e consolidação dos atuais compradores.

Mesmo com a falta de produção para atender à demanda do mercado interno, neste ano, a tendência dos produtores será manter os volumes de exportação para não perderem mercado. Diante disso, as importações da pluma subirão de 40 mil toneladas para algo em torno de 160 mil toneladas.

Líderes de entidades consideram um grande retrocesso para a cotonicultura brasileira, bem como destacam que a redução da produção inverterá os números da balança comercial.

Do consumo brasileiro, que é de 900 mil toneladas, é preciso deduzir as:

- 1) 300 mil toneladas contratadas para exportação, por meio de vendas antecipadas;
- 2) 70 mil toneladas importadas do Uruguai por força de um acordo no Mercosul.

Com esse balanço, o País será obrigado a comprar 270 mil toneladas da pluma para abastecer as indústrias têxteis do Paraná, de Santa Catarina, São Paulo e do Nordeste. ■





Sementes com presença de OGM

Uma Portaria do MAPA reconheceu as zonas de exclusão para o plantio de sementes de algodão com presença adventícia de organismos geneticamente modificados. Um parecer técnico conclusivo da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança fixou o limite de tolerância de até 1% de eventos de modificação genética em sementes de algodão convencional.

As áreas foram definidas a partir de orientação técnica da Embrapa Algodão, que se baseou na distribuição das espécies de sementes de algodoeiro nativas ou naturalizadas e no zoneamento agrícola da cultura. Fazem parte das zonas de exclusão: Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de municípios e localidades específicas de: Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O estabelecimento das normas é importante para orientar o comércio e a utilização de sementes de algodão na safra 2005/2006. Quem desobedecê-las estará sujeito às multas previstas na Lei de Biossegurança. As áreas e localidades definidas na Portaria do MAPA poderão ser atualizadas a partir de nova orientação da Embrapa Algodão ou da própria Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Paralelamente, o Mapa criará uma força-tarefa para coibir o uso de sementes ilegais de algodão (pirateadas) e com baixo padrão tecnológico. O alvo principal do governo será o comércio ilegal de sementes geneticamente modificadas.

Segundo a Associação Brasileira de Sementes (Abrasem), a demanda brasileira por sementes de algodão para garantir o plantio de cerca de um milhão de hectares é de 13 mil toneladas. Mas segundo a entidade, 40% dessa demanda, ou mais de cinco mil toneladas, são de sementes ilegais.

Os produtores de algodão que utilizarem sementes pirateadas ou contrabandeadas não terão acesso aos mecanismos de apoio à comercialização agrícola, principalmente os leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP).

Para ter acesso a esses instrumentos, os produtores terão de comprovar o uso de sementes legais ou certificadas em suas lavouras. O uso de sementes 'piratas' desestimula a geração de novas tecnologias e não paga *royalties*. A Lei de Proteção de Cultivares permitiu à iniciativa privada e aos órgãos de pesquisas lançarem no mercado sementes melhoradas e resistentes aos impactos de problemas climáticos e pragas.



Mercado externo acirrado

Para crescer e atingir a meta de responder por 1% do comércio internacional na área, como nos anos de 1980, as companhias têxteis e de confecções brasileiras terão de redobrar seus esforços. Pela primeira vez em mais de quatro décadas, não há contenções físicas nos principais compradores mundiais: os Estados Unidos e a Europa. O Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV) terminou em 31 de dezembro de 2004, depois de suceder o Multifibras e o Acordo Internacional de Têxteis de Algodão. Sem cotas que limitem as vendas de cada país exportador, a voracidade chinesa ganha espaço.

A despeito dos acordos de preferência em vigor, os têxteis chineses dispararam nos Estados Unidos. Em produtos como camisas e calças de algodão, podem ter dobrado. O governo dos Estados Unidos estuda a necessidade de impor algum tipo de barreira aos produtos chineses. Na Europa, os dirigentes aguardam para avaliar a real dimensão das vendas asiáticas na região, com o fim das contenções, antes de tomar medidas restritivas.

Pelo acordo firmado no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), os países cujos mercados sofrerem danos comprovados poderão lançar mão de restrições para proteger o comércio local até 2008; uma forma para arrefecer, ainda que em curto prazo, a pressão sobre os demais exportadores. A Índia, com um eficiente programa de investimentos na indústria têxtil, também se beneficiou com o fim das contenções.

Ainda não está bem claro o impacto do acirramento da concorrência e do fim das contenções sobre as vendas brasileiras. Em princípio, os países mais afetados serão aqueles que se transformaram em plataforma de export-

tação para aproveitar as cotas, mas sem uma estruturada cadeia têxtil interna.

PRESSÃO DE PREÇOS

Mesmo com volumes relativamente baixos de exportação, correspondentes a 0,5% do comércio mundial, de US\$400 bilhões, as fábricas locais dificilmente passarão ao largo da pressão de preços provocada pelo fim das cotas.

A queda de 15% nos preços internacionais, entre 2005 e 2006, é considerada alta para a grande maioria das fábricas brasileiras. Por sua vez, o fato de a política externa do governo não contemplar acordos de preferências com países que são grandes importadores é outro obstáculo. O País deixa de garantir melhores condições internas, diante da concorrência com a China, que tem vantagens de custo de capital, dólar supervalorizado e mão-de-obra mais barata.

Diante desse cenário, produtores e exportadores brasileiros procuram mercados alternativos para investir em tecelagem ou até mesmo em confecção. Para tanto, buscam juntar preferências comerciais com importantes importadores e estrutura logística e tributária adequada à exportação. O desafio é agregar valor e atender a uma mudança de demanda nos grandes mercados consumidores que priorizam a peça confeccionada. As tecelagens enfrentam dificuldades para conseguir parceiros no País que atendam às exigências e aos volumes dessas encomendas.

Boa parte dessas barreiras pode ser vencida com a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou outros acordos de porte. Haveria estímulo para o investimento interno na formação da estrutura necessária para o País galgar posições mais expressivas no mercado internacional de têxteis. Isso se torna viável, com uma confecção mais bem estruturada. O preço médio de venda de um quilo de algodão é de US\$1,23, enquanto o quilo da roupa sai por cerca de US\$14,10. No intuito de agregar valor à cadeia, surgem alternativas para fortalecer a confecção nacional, com pólos exportadores, por exemplo. Jogam a favor da indústria local a intensa competitividade no algodão, cuja queda de preços em 2004 ajudou a compensar a defasagem cambial. ■

Cronograma da disputa na OMC

• **1999 a 2003:** o governo dos EUA concedeu ajuda de cerca de US\$12,5 bilhões ao setor. Com os subsídios, causaram prejuízo de cerca de US\$480 milhões ao ano aos produtores brasileiros, porque tornaram os preços internacionais 12% mais baixos.

• **Setembro de 2002:** o Brasil entrou com pedido de consultas com os EUA sobre os subsídios ao algodão. As reuniões de consulta não resultaram em acordo. Os americanos pareciam estar seguros de que o Brasil não conseguiria ir além das consultas. Abrir um contencioso na OMC é difícil e caro.

• **Fevereiro de 2003:** o Brasil pediu formalmente à OMC o estabelecimento de um Painel.

• **Janeiro de 2004:** o Painel apresentou relatório com ganho de causa ao Brasil. Os EUA recorreram da decisão ao Órgão de Apelação da OMC, procedimento normal para quem não aceita a decisão de um Painel.

• **Março de 2005:** o órgão de Apelação deu vitória ao Brasil. Os EUA têm 30 dias para informar se acatarão ou não as decisões e recomendações. Até o primeiro dia de julho, os EUA terão de eliminar os subsídios relacionados com exportação, do programa chamado de Step-2, que paga à indústria têxtil e aos exportadores a diferença entre o preço interno e o preço internacional, o sistema de financiamento à exportação com crédito de longo prazo, longo período de carência e juros baixos, condições inexistentes no mercado normal de crédito, e a garantia dos créditos de exportação, que elimina riscos do Banco financiador. Os demais subsídios serão eliminados em prazo maior, por envolverem negociação entre o executivo e o Legislativo, em até 15 meses ou em maio de 2006.

• **Junho de 2005:** como os EUA não cumpriram as determinações, o Brasil pede, em Genebra, autorização para adotar sanções contra o gigante norte-americano. O Brasil formaliza pedido de autorização na Organização Mundial de Comércio (OMC) para aplicar retaliações comerciais no valor de US\$2,9 bilhões contra os EUA. Foi incluída na retaliação a suspensão de concessões para serviços, patentes, direitos autorais e marcas, área sensível no relacionamento comercial com os EUA.

• **15 de junho de 2005:** a Organização Mundial do Comércio (OMC) dá o seu aval ao acordo entre o Brasil e os Estados Unidos na disputa sobre os subsídios americanos aos produtores e exportadores de algodão. Conforme o acerto, o Brasil suspende o seu direito de retaliar os Estados Unidos até o final deste ano. O governo americano, em contrapartida, prometeu conseguir a aprovação da mudança dos mecanismos de subvenção ao setor algodoeiro nesse período. Com isso, os norte-americanos evitaram as sanções comerciais e a consolidação de sua imagem como país transgressor das regras da OMC. Do lado do Brasil, diminuirá a concorrência desleal dos exportadores de algodão, com seu Avanço na OMC.

• **7 de julho de 2005:** o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Mike Johanns, solicita ao Congresso a supressão do programa de subsídios ao algodão, chamado de Step-2, e a extinção do programa de crédito ao exportador de longo prazo, Intermediate Export Guarantee Program. O Step-2 é o principal mecanismo que garante, artificialmente, competitividade para o algodão americano. Em 2004, o valor desse subsídio chegou a ser igual ao preço do produto: os agricultores recebiam 72 centavos de dólar por libra-peso de algodão, enquanto, ao longo do ano, o mercado pagou entre 35 e 40 centavos de dólar por libra-peso do produto. Mesmo com o acordo para suspender temporariamente as sanções solicitadas ao Órgão de Resolução de Disputas da OMC contra os EUA, pelos subsídios ilegais concedidos a seus produtores de algodão, o Brasil se reserva o direito de solicitar o estabelecimento de um grupo especial, para o estabelecimento dessas sanções, a qualquer momento.

• **Dezembro de 2005:** os Estados Unidos anunciaram, na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que vão cortar os subsídios à exportação de algodão até 2006, um dos principais temas das discussões ministeriais da entidade, desde o fracasso da reunião realizada em Cancun, no México, em 2003.

